O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano V | Volume 14 | Nº 41 | Boa Vista | 2023

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.7988141

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

INICIATIVAS DE APOIO A CANDIDATURAS E MANDATOS COLETIVOS COMO FORMAS DE REINVENÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA INSTITUCIONAL NO BRASIL

José Fernando Andrade Costa[1]

Resumo

O artigo trata dos desafios da ocupação da política institucional legislativa por grupos historicamente marginalizados dos espaços de poder formal. O objetivo foi mapear e analisar estratégias contemporâneas de "hackear" a política institucional. Para tanto, foi realizado um levantamento de publicações acadêmicas e postagens em redes sociais de internet entre 2019 e 2022. Os dados foram analisados à luz da contribuição teórica acerca dos "três partidos brasileiros", proposta por André Singer. Os resultados indicam que a experiência dos mandatos coletivos tem conseguido, com dificuldades, fissurar algumas barreiras da "velha" política, como no caso da maior participação e protagonismo de mulheres e negros. Novos estudos sobre o tema poderão contribuir para compreender melhor os desafios concretos enfrentados pelos grupos políticos que se propõem a fazer uma efetiva "nova" política, contra os vícios que ainda fazem da "velha" política o modelo hegemônico no Brasil.

Palavras-chave: Eleições; Mandato Coletivo; Participação Política.

Abstract

In this article we address the challenges of occupying legislative institutional politics by historically marginalized groups in formal decision spaces. The objective was to map and analyze contemporary strategies of "hacking" institutional politics in Brazil. To this end, an examination of academic publications and posts on internet social networks, between 2019 and 2022, was carried out. The data were analyzed in light of the theoretical contribution about the "three Brazilian parties", proposed by André Singer. The results indicate that the experience of collective mandates has managed, with difficulty, to crack some barriers of the "old" politics, as in the case of greater participation and prominence of women and blacks. New studies on the subject may contribute to a better understanding of the concrete challenges faced by political groups that propose to make an effective "new" policy, against the vices that still make the "old" politics the hegemonic model in Brazil.

Keywords: Elections; Collective Mandate; Political Participation.

INTRODUÇÃO

Existem muitas formas de estudar a participação política, desde um olhar estrito sobre as instituições formais, sobretudo o jogo eleitoral, até as formas de participação mais ou menos espontâneas, que fazem parte da ação coletiva cotidiana, como os protestos, boicotes etc. Costuma ser difícil estabelecer uma definição conceitual mínima para trabalhar como tema da participação sem criar algum tipo de dificuldade para análise dos processos políticos. Julian Borba (2012, p. 265), revisando a literatura, propõe trabalhar com a definição abrangente de participação política como sendo "um tipo de comportamento que influencia ou tenta influenciar a distribuição dos bens públicos e/ou resultados políticos".

A partir dessa definição podemos discutir os problemas relacionados aos *bloqueios* à efetiva participação e incidência política em uma democracia formal. No caso da democracia brasileira, a

[1] Professor da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Doutor em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: jfacosta@uefs.br

participação política institucional nos espaços legislativos é tradicionalmente ocupada por homens brancos, cisgênero, heterossexuais e ricos (TELLES, 2019). Por isso, considerando a força dos movimentos sociais contestatórios que visam romper com a reprodução dos privilégios e demandam a efetivação de direitos, convém refletir sobre as formas de reinventar a participação política institucional.

Este artigo visa discutir os desafios da ocupação da política institucional legislativa por grupos historicamente marginalizados dos espaços de poder formal, e que nos últimos anos têm conseguido ocupar, com muitas dificuldades, algumas brechas do sistema político-eleitoral a partir de suas lutas cotidianas. O objetivo foi mapear e analisar duas estratégias contemporâneas de "hackear" a política institucional: as iniciativas de apoio a candidaturas e os chamados mandatos coletivos. Partimos do pressuposto de que essas estratégias são fortalecedoras da democracia ao trazerem para o polo representacional expressões antes tidas como apenas extra-representacionais, como a ocupação direta e coletiva dos espaços por novos corpos, pautas e lutas.

METODOLOGIA

Foi realizado um levantamento de publicações acadêmicas e postagens em redes sociais de internet, entre 2019 e 2022, que tratam dos temas da participação política institucional e da emergência dos mandatos coletivos. Por se tratar de um tema recente, as publicações acadêmicas ainda são incipientes e há vasto material disponível nas redes sociais de internet, como forma de divulgação e debate público sobre essas iniciativas. Na impossibilidade de mapear de forma exaustiva, optou-se por indicar as delimitações gerais do estado da arte, de modo a fortalecer a consolidação de uma agenda de estudos sobre esse fenômeno emergente.

Para fins analíticos foi adotada, como recorte teórico, a contribuição de André Singer (2018) sobre os "três partidos políticos brasileiros" que, historicamente, definem as tendências e possibilidades da participação política em termos eleitorais. Uma discussão mais detalhada, com base na teoria crítica da sociedade, foi desenvolvida em tese de doutoramento sobre lutas sociais e mandatos coletivos no campo da Psicologia Social (COSTA, 2022).

O presente artigo está organizado em três partes. Primeiro serão abordadas algumas características da democracia formal no Brasil e discutida a questão de por que os espaços de representação institucional permanecem sendo elitizados e avessos à efetiva presença de outros corpos; em seguida passaremos pela discussão sobre realinhamentos eleitorais e mudança política no Brasil, mencionando conhecidas práticas da chamada "velha" política; por fim, serão discutidos os resultados específicos referentes às iniciativas de apoio a candidaturas e mandatos coletivos. Esperamos, dessa

forma, contribuir para o debate público sobre a participação política institucional a partir da discussão das formas criativas de reinvenção do fazer político no Brasil atual.

SISTEMA POLÍTICO-ELEITORAL BRASILEIRO

No Brasil, mudanças nas regras eleitorais não são raras e, desde a Constituição de 1988 até o presente momento, já foram realizadas dezenas de alterações, seja por iniciativa do Congresso ou do Judiciário. O sistema eleitoral funciona com eleições a cada dois anos: gerais (presidente, governadores, senadores, deputados federais, distritais e estaduais) e municipais (prefeitos e vereadores). O sistema eleitoral é: 1) majoritário, isto é, são eleitos os que tiverem mais votos, em até dois turnos, no caso de presidente, governadores, senadores e prefeitos; e 2) proporcional para deputados e vereadores (votos em candidatos isolados ou na legenda dos partidos, sendo que as cadeiras são distribuídas de acordo com a votação total que determinado partido ou federação partidária recebeu).

O sistema majoritário é o mais conhecido pela população, pois é bastante simples: vence quem obtém mais votos na eleição. Já o sistema proporcional de lista aberta – existente desde 1945 – muitas vezes causa confusão entre o eleitorado. Jairo Nicolau (2017) conta o exemplo do motorista de taxi que, em 2010, foi do desapontamento com os 1.353.820 votos recebidos pelo palhaço Tiririca, do PR – um partido de direita –, à indignação por saber que essa quantidade de votos ajudou a eleger um candidato do PCdoB e outro do PT – partidos de esquerda. Isso ocorreu porque naquele momento existiam as coligações partidárias nas eleições proporcionais e em muitos casos as coligações privilegiavam a eficácia eleitoral em detrimento das posições ideológicas. De modo geral, a população brasileira é pouco familiarizada com o funcionamento das eleições proporcionais. O voto para deputados e vereadores costuma ser o último a ser decidido e o primeiro a ser esquecido (NICOLAU, 2017). Entre analistas e políticos profissionais, há inúmeros debates sobre como aperfeiçoar o sistema, mas, em geral, ou são apresentadas questões demasiadamente técnicas (e, portanto, inviáveis do ponto de vista político) ou as soluções esbarram no campo de interesse dos atores políticos que já se encontram nos espaços de poder (e, em geral, estão mais preocupados em se manterem ali do que em aperfeiçoar o sistema político-eleitoral).

Para nossos propósitos, interessa abordar a questão do ponto de vista mais concreto das desigualdades estruturais que perpassam o jogo político-institucional e das possibilidades de "hackear" a política "de baixo para cima".

Democracia para quem?

Em uma pesquisa recente, publicada pelo Instituto Update!, Pedro Telles (2019) sumariza as características das desigualdades políticas constitutivas do sistema político-eleitoral brasileiro, sobretudo no que concerne às barreiras de acesso a mulheres, pessoas negras e de baixa renda aos cargos representativos no Poder Legislativo. A democracia brasileira, em termos quantitativos, é a quarta maior do mundo. Porém, 85% dos membros do Congresso Nacional são homens e 76% são brancos. O patrimônio declarado de um congressista é, em média, da ordem de R$ 3,6 milhões, "sendo que 49,7% deles possuem mais de R$ 1 milhão, o que os coloca no grupo dos 0,1% mais ricos da população, enquanto 27% dos brasileiros vivem na pobreza" (TELLES, 2019, p. 6; 11).

Isso não ocorre por acaso. Há um padrão histórico de desigualdades na política que favorece o acesso de homens brancos, cisgênero, de territórios centrais e ricos aos espaços de poder. Embora acessem tais cargos por meio de processos formalmente democráticos, é possível dizer que a sub-representação de mulheres, negros, indígenas, pobres, LGBTQIA+, entre outros grupos oprimidos, acaba por acentuar injustiças de fato, uma vez que "mesmo o mais bem preparado e bem-intencionado homem branco de origem privilegiada nunca chegará perto de entender plenamente a realidade e as necessidades de mulheres, negros, indígenas e pessoas de baixa renda" (TELLES, 2019, p. 12). Além disso, a simples diversificação dos cargos legislativos com outros corpos já tende a representar algum avanço no sentido de maior democratização da política institucional e, consequentemente, da sociedade (FRANCO, 2017; LOURENÇO; MARQUES, 2020; GATTO; RUSSO; THOMÉ, 2021).

O próprio sistema eleitoral brasileiro possui um *modus operandi* favorável à perpetuação das desigualdades políticas. Não são permitidas candidaturas avulsas, logo cidadãos/as não podem concorrer sem ingressarem em partido político, o que torna as agremiações reguladoras do processo de candidatura. Além disso, há obstáculos econômicos. O financiamento privado de campanhas, amplamente suscetível à corrupção, foi proibido em 2016, ficando autorizado apenas o financiamento público (por meio do fundo partidário, distribuído proporcionalmente ao tamanho dos partidos no Congresso) e particular, mediante doação de pessoas físicas (esta modalidade limita a 10% da renda anual do doador e restringe o autofinanciamento, com cada candidato podendo arcar com até 10% do custo total de sua campanha). Essas medidas tentam reduzir as disparidades existentes, assim como ações afirmativas com reserva de vagas e financiamento para mulheres e negros. Porém, na prática, são ações institucionais tímidas perante a hegemonia das oligarquias tradicionais, dominantes na maioria dos partidos, que conseguem mobilizar para si um enorme contingente de doações e apoiadores (incluindo lideranças comunitárias contratadas para atuar como cabos eleitorais em época de campanha).

> A democracia brasileira é jovem, tendo sido reestabelecida em 1985, após 21 anos de ditadura militar. Desde então, mudanças nas complexas regras eleitorais (definidas pelo Congresso) ocorrem frequentemente, *geralmente favorecendo os partidos mais fortes e parlamentares já eleitos – exceto nos casos em que há forte mobilização da sociedade e de lideranças políticas contra uma maior concentração de poder* (TELLES, 2019, p. 14).

Dentre os motivos para a dificuldade de ocupação política por outros corpos, Telles aponta sete dimensões principais do desenvolvimento de candidaturas políticas nas quais as desigualdades afetam significativamente as possibilidades de sucesso na corrida eleitoral: 1) Acesso a redes de apoio estratégicas; 2) Disponibilidade de tempo; 3) Apoio do partido; 4) Risco de violência, hostilidade e discriminação; 5) Complexidade burocrática; 6) Ausência de ações afirmativas; e 7) Debate público em torno do tema das desigualdades na política. Cada uma dessas dimensões representa um aspecto de dificuldade das campanhas de jovens, mulheres, negras, pobres, pois: 1) os mecanismos de financiamento e acesso a capitais políticos tende a ser concentrados nas candidaturas tradicionais; 2) pessoas que trabalham e/ou estudam, geralmente com dupla ou tripla jornadas diárias, não dispõem de tempo livre para se dedicar profissionalmente à política institucional; 3) os partidos tampouco têm interesse em investir nessas candidaturas, por vezes favorecendo de forma muito discrepante as lideranças tradicionais; 4) assim, mesmo quando novos corpos tentam ocupar a política, os riscos de violência direta, assédio moral ou sexual, ameaças e toda sorte de agressões e impedimentos fazem com que seja quase impossível a permanência nesses espaços políticos; 5) também as dificuldades propriamente burocráticas, como as infinitas normas jurídicas e contábeis são elementos dificultadores da democratização; 6) soma-se a esse cenário a ausência ou inefetividade de ações afirmativas capazes de corrigir as desigualdades existentes; e, por fim, 7) mesmo com alguns pequenos avanços, o nível geral de atenção dado na agenda pública ao tema das desigualdades na política ainda é muito baixo (TELLES, 2019).

Tendo em vista esses fatores elencados, as respostas precisam passar por medidas efetivas de acesso às redes de apoio estratégicas mobilizadas por partidos, movimentos e organizações da sociedade civil; pela criação de formas de disponibilidade de tempo para dedicação à política; por apoio consistente e contínuo dos partidos às candidaturas não hegemônicas; ao combate intransigente de toda forma de discriminação, hostilidade, risco e violência política (sobretudo o racismo e a violência política de gênero); capacitação para enfrentar a terrível burocracia institucional; além da criação de ações afirmativas eficazes. Segundo Telles, tudo isso deve ser acompanhado da amplificação do debate público em torno das questões de desigualdade na política:

> O nível de atenção dado na agenda pública ao tema das desigualdades na política ainda é baixo. As mulheres foram as que mais avançaram nesse sentido, chegando a um ponto em que já é

> difícil para atores do sistema político ficarem longe de debates sobre seu espaço na política, mas muito mais ainda precisa ser feito. Debates em torno da raça e da classe de candidatos ainda são raros e muitas vezes ausentes. São necessários esforços conscientes, constantes e coordenados por parte de todos os atores preocupados com o assunto para ampliar sua visibilidade e mudar essa realidade – incluindo o envolvimento de lideranças partidárias, filiados, candidatos, políticos eleitos, e organizações e movimentos da sociedade civil (TELLES, 2019, p. 35).

Como sintetizou uma das participantes do estudo de Telles: "a democracia que está aí não é uma democracia que dá chance a todos". Isso significa que as contradições da política institucional operam no nível da simultânea inclusão e exclusão: o sistema é formalmente aberto a todas as pessoas, porém opera para expulsar as maiorias marginalizadas e manter os privilégios de uma pequena elite minoritária que historicamente monopoliza o poder. As barreiras institucionais, partidárias e socioeconômicas se retroalimentam e possuem complexidades distintas a depender da localidade ou do grau de organização de um coletivo ou movimento social.

Mas, onde há poder, há resistência.

Por isso, como veremos adiante, nos últimos anos estão surgindo iniciativas que buscam "hackear o sistema", pressionar as fissuras, combater os privilégios e diversificar as pautas. Antes de entrarmos na discussão sobre essas iniciativas democráticas, temos que compreender a dinâmica geral da disputa do poder institucional que ocorre por mediação de partidos políticos no Brasil. Afinal, como é possível que, mesmo com a existência de tantos partidos políticos, a democracia brasileira seja tão concentrada em oligarquias seculares?

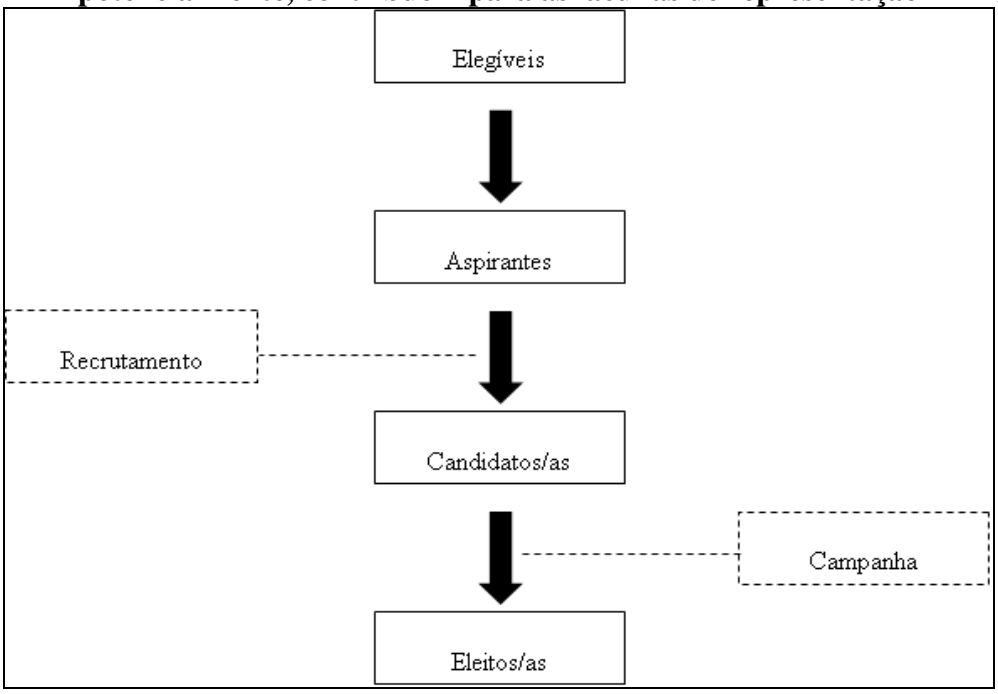
Barreiras à participação popular na política institucional

Antes de discutir a configuração oligárquica dos partidos políticos, vejamos um pouco mais detidamente as barreiras à participação popular na política eleitoral a partir da pesquisa de Gatto, Russo e Thomé (2021), também publicada pelo Instituto Update!.

Para que uma pessoa venha a ser *eleita* para um cargo público, especialmente para funções legislativas, há um longo percurso antes da apresentação da *candidatura*. Em primeiro lugar, com todos os problemas que a política institucional possui, não é raro que as pessoas sintam-se desencorajadas a entrar nesse universo de relações, sobretudo para as maiorias marginalizadas. A má-fama da política já é um indicador de seu desprestígio social, logo, de uma barreira à maior participação política. Mas o fato de a luta política não ser convidativa não explica, *per se*, a ausência de diversidade das legislaturas brasileiras. Há outros fatores. Por exemplo, para que uma pessoa seja eleita a um cargo de representação política, ela primeiro deve ser *elegível* (apta a concorrer) e em seguida se apresentar a um partido político como *aspirante* à candidata. Nem todas as pessoas aspirantes são selecionadas para receber o

investimento do partido, que está sempre realizando cálculos pragmáticos de eficácia de resultado. Isso faz com que exista um complicado processo de *recrutamento,* praticamente generalizado entre todas as siglas partidárias, embora com distintos critérios. Havendo condições favoráveis – o que inclui, necessariamente, um estofo de base, isto é, um "capital eleitoral" mínimo –, a pessoa ainda tem que ser vista tendo chances de sucesso eleitoral para que o partido invista em sua *campanha.*

Figura 1 – Esquema de trajetórias políticas e fatores que, potencialmente, contribuem para as lacunas de representação



Fonte: Elaboração própria. Adaptada de Gatto *et al*. (2021).

Nesse percurso, para que uma pessoa elegível venha a ser aspirante, isto é, assuma a perspectiva de concorrer, de fato, numa eleição, o processo de recrutamento joga um papel importante. Não basta haver ambição política ou motivação individual para pavimentar um caminho na política institucional. Na realidade, os partidos e organizações de incentivo a candidaturas podem ser determinantes para que uma pessoa queira se dispor a concorrer a um cargo eletivo. Todo o processo de convite, convencimento, motivação, incentivo etc. pode definir quem sairá ou não como candidato/a. Por isso costuma haver mais dificuldades para *outsiders* do que para "apadrinhados" (quando não parentes diretos) de políticos profissionais. Existem regras formais e informais operando nesse processo, tanto que as pesquisas revelam que "organizações partidárias com mulheres em sua liderança são mais propensas a recrutar e indicar mulheres para concorrer a cargos políticos" (GATTO *et al*., 2021, p. 14). Além disso, pode haver sistemas de cotas eleitorais que "inflam" a demanda dos partidos por

determinados segmentos da população. Por exemplo, com as cotas para mulheres e negros, os partidos passaram a buscar ativamente essas pessoas para cumprirem, ainda que formalmente, as regras.

O processo se torna mais complexo com o financiamento da campanha. Há toda uma discussão sobre financiamento (sobre como, em geral, quem tem mais dinheiro vence a eleição) e sobre as origens dos recursos (financiamento privado *versus* fundo público etc.), de modo que toda candidatura faz parte de uma dimensão altamente especializada e técnica de alocação racional de recursos visando determinados fins. Mas, no final das contas, o que vence uma eleição não é apenas o melhor uso da razão instrumental. Há um componente afetivo predominante, que torna a política uma arte de manipulação de emoções. A identificação com uma liderança é descrita na teoria crítica, desde a primeira geração, como um poderoso instrumento de controle das massas.

Alguém poderia dizer que a política institucional é um caso perdido para os grupos oprimidos. Não há lugar para os fracos no jogo do poder. Contudo, quando olhamos para as contradições internas que o próprio sistema produz, percebemos que sua sustentabilidade funcional depende da capacidade de agregar novos atores (por exemplo, atender a cota de candidatas mulheres e população negra), ainda que, na prática, o objetivo seja a perpetuação dos mesmos nomes de sempre. Quando ocorre uma ampliação do número de aspirantes como candidatos, pode acontecer um deslocamento da identificação entre o eleitorado, sobretudo em um contexto de crise de representação. Isso tem sido observado, no Brasil, desde 2016. É nesse momento que se abre um espaço tático de disputa, possibilitando que os mais fracos consigam agir, mesmo "sem lugar":

> Uma maior representação de grupos marginalizados pode também melhorar a opinião que cidadãos/ãs têm em relação à democracia (Clayton, O'Brien, e Piscopo, 2019), portanto, a representação descritiva [aquela que incorpora características físicas ou sociais específicas do grupo representado, como gênero e raça/etnia] é especialmente importante em contextos de baixos índices de confiança no governo . . . Semelhante às movimentações em curso em outras partes do mundo, a agenda conservadora de Bolsonaro, que enfatiza os esforços para combater o que esses grupos classificam como "ideologia de gênero" (Molyneux *et al*. 2021; Payne e de Souza Santos 2020), impôs ameaças aos direitos e à segurança de grupos marginalizados, como mulheres e pessoas LGBTQI+. *Ameaça elevada e cenários de urgência política podem impulsionar aspirações políticas (Cooper 2018; Dittmar 2020; Lorde 1981; Traister 2018), então, paradoxalmente e de forma quase irônica, a presidência de Bolsonaro pode acabar levando a aumentos na representação de grupos marginalizados* (GATTO *et al*., 2021, p. 28-29).

Nesse diagnóstico das contradições da disputa política institucional, destaca-se tanto a mediação dos sentimentos de injustiça, quanto a organização prática da luta. Nesse sentido, os partidos políticos são fundamentais. Um partido pode potencializar ou engessar determinada luta. Esse é um dilema para diversas pessoas: entrar para o partido irá favorecer as lutas? Ou as demandas partidárias acabam

corrompendo o propósito inicial de disputar a política? Como equacionar as demandas locais concretas com as disputas políticas institucionais, muitas vezes descoladas da realidade? Há pessoas que entram para a política por um ideal de transformação da realidade; outras entram buscando em primeiro lugar um "emprego", isto é, uma compensação financeira. Isso não necessariamente está relacionado com tendências de corrupção (no sentido da apropriação privada indevida da riqueza pública, algo que, por essência, caracteriza o capitalismo), mas revela que a política institucional pode ser esvaziada de propósito quando passa a ser um fim em si mesma (basta lembrar do caso Tiririca). Assim, as instituições políticas tendem a ser mais facilmente apropriadas por quem já possui os recursos (financeiros e políticos) necessários para ocupar e se manter no poder.

Por fim, além desses obstáculos à participação popular na política institucional, há que se enfatizar que política é arena de disputas e, enquanto tal, impera o conflito e a divergência. No entanto, em uma democracia saudável seria de se esperar uma atitude autorreflexiva sobre os parâmetros da disputa, para torná-la justificável e não mistificadora. Não é o que costuma acontecer. Na prática, impera uma disputa quase selvagem, permeada por situações de violência e adoecimento. As barreiras mais evidentes são a violência política de gênero e o racismo.

> No Brasil, análises realizadas pela AzMina e InternetLab revelaram que 40% dos 3.100 tweets sobre mulheres candidatas nas eleições de 2020 continham ofensas e palavrões; 96% dos tweets que continham palavrões eram sobre uma candidata de esquerda e uma de direita – Manuela D'Ávila e Joice Hasselmann – o que sugere que as mulheres de todo o espectro ideológico estão sujeitas ao machismo e ao assédio. *A violência contra mulheres na política apresenta um obstáculo adicional para as campanhas e se configura como um fator bastante relevante de desencorajamento para a entrada das mulheres na política, com potencial de dissuadir candidatas promissoras nas suas aspirações políticas.* É importante ressaltar que . . . o problema é ainda pior quando se trata de candidatas trans (GATTO *et al*., 2021, p. 139).

Nesse cenário, a motivação para lutar pela reinvenção da participação política adquire uma função prática: evitar que a política institucional sucumba de vez à barbárie da reprodução dos privilégios. O problema é que, em meio a um ambiente tão hostil quanto esse, dificilmente as pessoas desejariam e encontrariam motivação suficiente para permanecer atuando por uma determinada causa, não fosse o fato de que a luta possui, em si, um componente de empoderamento, no sentido do fortalecimento das potências pessoais e coletivas para seguir enfrentando o poder instituído. Para compreender esse desafio temos que nos deter brevemente sobre as configurações das disputas no quadro geral ideológico dos partidos e práticas políticas.

O BRASIL POLÍTICO E SUAS CONTRADIÇÕES

Os três partidos brasileiros

Em 2022, havia no Brasil 32 agremiações partidárias compondo o sistema político-eleitoral. Se essa diversidade não chega a ser uma jabuticaba brasileira, ao menos ela seria indicativa da forma específica como se dão as disputas políticas por aqui. Tantas siglas distintas faria supor, por um lado, a existência de uma esfera pública tão plural que as justifiquem, ou, por outro lado, denotaria um sistema partidário francamente desestruturado, aleatório, caótico, muito fragmentado e sem efetiva representatividade (NICOLAU, 2017). De certo modo, a segunda alternativa aparece, de imediato, como a mais plausível uma vez que a difusão de legendas e a forma como se dá o jogo político, ora com intensas disputas entre "blocos inimigos", ora com coligações e alianças das mais improváveis, tudo isso em meio a escândalos diários de corrupção nos jornais, faz parecer que a política brasileira simplesmente não funciona ou virou um "condomínio" de interesses particulares (NOBRE, 2013). Assim, é natural que a população não acredite nas instituições, sobretudo nos partidos e nos representantes políticos eleitos. Como lembra Jairo Nicolau (2017), desde junho de 2013, um dos principais gritos das ruas dirigidos às instituições foi o "Eles não me representam!".

Essa leitura, contudo, pode esconder uma peculiaridade histórica. André Singer, analisando o jogo partidário-eleitoral desde 1945 até 2014 afirma que é possível encontrar a existência de um padrão. Apesar do período autoritário da ditadura militar, nos dois ciclos democráticos, de 1945 a 1964, e de 1989 a 2014, "a competição eleitoral fluiu para três partidos e refletiu a conformação que a luta de classes tende a tomar no Brasil. Na maior parte do tempo, uma oposição entre 'pobres' e 'ricos' dá a tônica ao conflito partidário, mediado por um vasto interior em que prevalecem relações de clientela" (SINGER, 2018, p. 131).

Vista desse modo, a polarização entre "partido dos pobres" e "partido dos ricos", na definição de Singer, é continuamente mediada por um terceiro ator, o mais poderoso dentre eles, que é o "partido do interior" – também conhecido como o "partido do centrão". O partido dos ricos (que inclui a classe média) geralmente enfrenta dificuldades para formar uma base ampla o suficiente para garantir uma vitória tranquila nas eleições presidenciais, enquanto o partido dos pobres enfrenta um adversário mais poderoso do ponto de vista dos meios de comunicação e influência na esfera pública, porém consegue reunir apoio popular nas periferias e movimentos sociais, o que confere força para a disputa do executivo e leva a tendências populistas. Porém, o fiel da balança é o partido do interior, dono de uma "mobilidade ideológica quase absoluta", sendo capaz de se mover de acordo com a temperatura da

ocasião, conforme a conjuntura, "podendo tanto ajudar na estabilização como na ruptura do sistema democrático" (SINGER, 2018, p. 132). Isso ocorre porque a dinâmica de realinhamento eleitoral é volátil, levando a aliança entre partido dos pobres e centrão a um tipo de estabilidade populista que tende a provocar grave insatisfação e reação por parte da classe média e da burguesia. Quando o pêndulo do centrão vai a favor do partido dos ricos, as tensões de classe se acirram. Em todo caso, o partido do interior garante sua permanência no poder de forma sempre dependente e fisiológica, pois não reúne forças políticas suficientes para governar sozinho. De tempos em tempos, o realinhamento político pode estimular o golpismo:

> Em última análise, o quadro partidário-eleitoral contém em si tais elementos contraditórios por ser expressivo da sociedade de fato existente, cuja formação de classe não reproduz a dos países capitalistas centrais. O *acirramento* do conflito dos partidos *realmente* existentes se conecta com os conflitos de classe *realmente* existentes, levando a um curto-circuito em que o sistema partidário corre de tempos em tempos o risco de se autodestruir, levando junto a democracia (SINGER, 2018, p. 132).

Foi o que ocorreu nos três últimos ciclos políticos: 1) de 1945 a 1964; 2) de 1964 a 1989; e 3) de 1989 e 2016. No primeiro ciclo, as três siglas que reuniam os atributos dos partidos realmente existentes foram: a UDN (União Democrática Nacional) – representando a classe média e os ricos –, o getulista PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) –, situado mais próximo aos interesses dos pobres; e o PSD (Partido Social Democrático) –, também fundado por Vargas, mas representava "o enorme interior rural do país, cujas relações de dominação, ao contrário do que acontecia no ambiente urbano, ainda se configuravam como pré-modernas" (SINGER, 2018, p.140). É importante lembrar que, nesse período, a maioria da população ainda vivia na zona rural, onde predominava o coronelismo e clientelismo. As duas principais agremiações, UDN e PTB, disputavam bases distintas, a primeira tendo apoio junto à classe média e oligarquias rurais, e o segundo junto às camadas populares urbanas. O pivô da história eram "os votos pessedistas, controlados por chefes municipais, que, por sua vez dependiam das verbas federais, [de modo que] para o PSD era necessário participar do governo federal, qualquer que fosse o partido no poder. Atribui-se a Tancredo Neves o expressivo ditado: entre a *Bíblia* e *O capital*, o PSD ficava com o *Diário Oficial*" (SINGER, 2018, p. 140).

No segundo ciclo, da ditadura militar, as eleições federais foram suspensas e o sistema eleitoral passou a ser o bipartidarismo regulado. UDN e PSD foram fundidos na Arena (Aliança Renovadora Nacional) – partido do governo –, e a oposição ficou no MDB (Movimento Democrático Brasileiro) – com forte inserção nas camadas populares das crescentes periferias urbanas. A própria população designava o MDB como o "partido dos pobres", e a Arena como o "partido dos ricos":

> O propósito da reforma partidária de 1979, sancionada pelo presidente João Baptista Figueiredo, foi desorganizar a sigla que recebia os votos do chamado "povão", como já ocorrera com o PTB, agora por meio da divisão do MDB em quatro partes – o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o novo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido Popular (PP) – que acabaram se tornando cinco com o surgimento inesperado do PT, mas voltaram a ser quatro com o desaparecimento, em seguida, do PP, agremiação liderada por Tancredo Neves. O PP de Tancredo foi criado em 1980 e reincorporado ao PMDB em 1982 (SINGER, 2018, p. 146-147).

Com uma forte inserção nos movimentos sociais e de trabalhadores, o PT foi aglutinando os anseios populares, enquanto o PMDB avançava sobre o interior com apoio das elites tradicionais do "Brasil atrasado". O partido da classe média e dos ricos somente iria se reorganizar um pouco depois, em 1988, com a fundação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Em 1989, no terceiro ciclo, com a primeira eleição direta desde 1960, a situação era de desalinhamento. O PT não conseguiu reunir a simpatia dos mais pobres para lhe conferir a vitória, o que só ocorreu com o realinhamento de 2002. O PMDB foi constituindo um centrão cada vez mais relevante no Congresso e o PSDB caminhava para a direita, sobretudo com a aliança com o PFL (Partido da Frente Liberal), carregando como bandeira dar ao país um "choque de capitalismo", na expressão de Mário Covas.

Nas décadas de 1990 e 2000, o sistema se reconstitui e a polarização passa a ser entre PT e PSDB, com o PMDB consolidado nas Casas Legislativas, sobretudo com o apoio da bancada ruralista. A força política do PMDB se reflete na ocupação – quase ininterrupta – da presidência da Câmara dos Deputados e do Senado Federal por seus filiados, para além das numerosas bancadas e da participação em diversos Ministérios.

> Verifica-se assim que o PMDB levou adiante as características do antigo PSD, praticando uma "política tradicional", entendida como aquela na qual os partidos são veículos de controle oligárquico, e os interesses são mediados por relações patrão-cliente. Enraizados no interior, em oligarquias regionais antigas e nos interesses rurais, PSD e PMDB estabeleceram programas pouco nítidos, permitindo alianças alternadas com as duas agremiações polares. . . . Daí o PMDB carecer de um programa próprio, e seguir, mais ou menos ao sabor da conjuntura, aqueles oferecidos pelo PSDB e pelo PT. Compreende-se que a literatura apresente o PMDB ora como partido de centro, ora como pertencente ao campo da direita, exatamente como ocorria com o antigo PSD. Ambiguidade conveniente para quem precisa estar sempre no governo, embora se mostre prejudicial à *representatividade* do sistema como um todo (SINGER, 2018, p. 155).

Essa interpretação oferecida por Singer possibilita visualizar, em linhas gerais, como ocorre a polarização político-partidária em nível macro e suas tendências de desalinhamento e realinhamento de forças. No entanto, no período Dilma as tensões explodiram, sobretudo após as eleições de 2014 e com o golpe de 2016. Em 2018, a extrema-direita chega ao poder, com Bolsonaro, nas eleições majoritárias mais fragilizadas da curta história da Nova República até agora, devido às máquinas de desinformação

em massa nas redes sociais de internet e ao sentimento de desilusão de grande parte da população em relação à política institucional. Na avaliação de Singer, as razões para a dissolução do experimento desenvolvimentista recente remetem a histórica concentração do poder econômico e político nas mãos das elites e à fragilidade das condições para a vida democrática no Brasil (SINGER, 2020; 2023).

Esses acontecimentos poderiam indicar que as esperanças trazidas por junho de 2013 teriam sido perdidas. Mas, na realidade, observamos um singular processo de acirramento das disputas em meio ao descrédito generalizado com as instituições políticas. O confronto entre a "velha" e a "nova" política possibilita que surjam novos atores para disputar os espaços de poder. É nesse contexto que ganha força, desde a sociedade civil, os diversos experimentos de inovação democrática, conhecidas como movimentos ou organizações de "renovação política" ou, de forma mais ampla, como "iniciativas de apoio a candidatos/as". Antes, contudo, de passar a essas iniciativas, convém fazer uma breve digressão sobre as práticas características da "velha" política.

Notas sobre algumas práticas da "velha" política

Uma vez que, no Brasil, as principais forças políticas tendem a se polarizar entre "partido dos ricos" e "partidos dos pobres", com a mediação de um "partido do interior" – que, devido sua volatilidade ideológica, consegue se manter *sempre* no poder –, a luta de classes não aparece de forma tão direta para a maioria da população quanto em outras latitudes. O papel do "centrão" é muito maior do que um mero pivô do conflito, capaz de oscilar da direita à esquerda e de volta enquanto os ventos soprarem a seu favor. Na realidade, o "poder do interior" deriva da forma como se dão, tradicionalmente, as práticas políticas no país. Atraso, coronelismo, clientelismo, patrimonialismo são apenas algumas das palavras utilizadas para designar essa característica peculiar da política despolitizada, da "democracia de fachada" que constitui a administração dos poderes públicos nessas terras, desde os tempos do capitalismo mercantilista com ares de modernidade.

Dentre as características dessa "velha" – mas muitíssimo atual – forma de fazer política, destacam-se o coronelismo, o clientelismo e a corrupção endêmica. A tese do coronelismo foi defendida por Victor Nunes Leal (2012), para quem o poder dos chefes dos pequenos municípios era exercido de forma direta, mediante a figura do Coronel – uma autoridade política local, nem sempre detentor de patente militar, mas com elevado prestígio e reconhecimento social – que concentra o poder político para si ou para seus afilhados a partir do controle dos votos do eleitorado. O coronel às vezes é descrito de forma estereotipada "como um fazendeiro rústico, autoritário, brutal, ignorante, dispondo da vida dos demais habitantes do lugarejo em que reside" (JANOTTI, 1992, p. 8). Mas o fato é que os "coronéis"

são muito mais versáteis e sua forma de controlar a política vai além dos períodos do Império e da Primeira República. Ainda hoje, "os coronéis podem ser vistos como representantes da oligarquia agrícola-mercantil que controla o poder público e orienta suas decisões no sentido de afastar as demais classes do poder e manter seus privilégios" (JANOTTI, 1992, p. 9). Essa figura peculiar de nossa história colonizada – assim como outros caudilhos latino-americanos –, deriva de uma característica própria da forma como opera a dominação e opressão política: como observa Maria de Lourdes Janotti, as classes dominantes, em pequeno número, não são capazes de manter o poder político direto sem apoio de mediadores locais, por isso, "a dominação é exercida através de um encadeamento hierárquico rígido, no qual o Coronel representa o poder local, imediatamente superior ao pai de família" (JANOTTI. 1992, p. 11).

É típico do coronelismo reduzir a política a um jogo de trocas de favores imediatos e dessubstancializar o voto individual. Tanto que essas práticas ficaram conhecidas como "curral eleitoral", nas quais as pessoas eram levadas às eleições por representantes de seus coronéis apenas para entregar os "votos de cabresto", já pré-determinados pela autoridade local. Assim, a política, enquanto possibilidade de dissenso e ocupação da esfera pública para processar as diferenças, ficava completamente anulada. Poderíamos supor que essa "velha" forma de fazer política é um artefato histórico datado. Contudo, ao observarmos o modo como ocorrem as eleições no Brasil, podemos perceber que este tipo de prática permanece presente. Talvez seja a regra, e não a exceção – e não apenas nos mais recônditos interiores do país.

A partir da observação dos processos de obtenção de voto em um período eleitoral recente, notamos que a figura do "cabo eleitoral" permanece sendo fundamental para a obtenção de votos e, consequentemente, definição dos resultados eleitorais. Não se trata apenas de figuras estereotipadas como as milícias das favelas do Rio de Janeiro, tal como retratadas no filme "Tropa de Elite 2", mas de pessoas comuns ou lideranças locais que estabelecem vínculos com representantes políticos (assessores/as, vereadores/as, deputados/as etc.) e, durante o período de eleições, efetivamente *trabalham* para conseguir votos em troca de alguma remuneração ou ajuda pontual.

No caso da naturalização dos "cabos eleitorais garantidores de votos" pode ocorrer, em alguns municípios, que parlamentares eleitos/as articulem com o Poder Executivo a contratação de pessoas por indicação direta mediante serviços públicos administrados por cooperativas ou outras Organizações da Sociedade Civil (OSC). Essas cooperativas ou OSCs operariam no setor público com parte ou a totalidade de suas equipes indicadas por figuras políticas – o que significa que não há qualquer mérito na contratação e, portanto, isso pode muitas vezes significar um prejuízo da qualidade do serviço prestado à população – e essas pessoas indicadas acabariam obtendo um grande capital político.

Outro exemplo sobre como as disputas da política institucional atravessam a vida cotidiana pode ser expresso pelo descontentamento geral com os "esquemas de corrupção". Embora alguns analistas, como o sociólogo Jessé Souza (2017), enfatizem o elemento de "erro" contido no foco exclusivo da corrupção no Estado – entendida como "corrupção dos tolos" –, para a maior parte da população brasileira, a corrupção aparece como algo podre e intrínseco ao sistema político-eleitoral, de modo que este tem sido cada vez mais objeto de opróbio. Com isso, o debate sobre o papel exercido pelos representantes públicos é estreitado desde o ângulo moral no qual é difícil encontrar alguém honesto num sistema intrinsecamente corrupto, logo, tais práticas não são apenas indicativas de desprezo pelos ritos democráticos e pela legislação eleitoral, mas realmente favorecem a despolitização e criam um imaginário de desolação com a política institucional. Tanto que é comum ouvir frases como: "todos os políticos são iguais" e, portanto, "não dá para confiar em candidato nenhum". E assim temos a curiosa situação de *representantes eleitos que sentimos que não nos representam*.

É interessante observar que essa forma de se relacionar com a política é ideológica no sentido de esvaziar o debate sobre a função da própria política institucional. Afinal, a melhor maneira de se combater a corrupção passa por *mais política*, no sentido da criação de espaços de participação e fiscalização, ocupação das instituições públicas por grupos organizados da sociedade civil, maior e mais diversificada cobertura de imprensa etc. Tudo isso é minado pela sensação de que "política não tem jeito", então, "é melhor desistir do que passar raiva". Em psicologia social, esse processo é conhecido como "desesperança aprendida", pois não é natural a abdicação de participar de assuntos comuns de um grupo – por mais complexo que ele seja – ao qual o indivíduo pertence e perante o qual pode vir a ser convocado a se posicionar. Quando a pressão do grupo vai no sentido da constrição da participação e do pensamento crítico, a tendência geral é de adaptação e não de enfrentamento. Apenas alguns poucos indivíduos conseguem romper com a pressão do conformismo grupal e apresentar alternativas. Nesses casos, interessa compreender como se articulam as forças de resistência. Vejamos então um equivalente ao nível das disputas da política institucional: as iniciativas de apoio a candidaturas contra-hegemônicas.

MAPEANDO FORMAS DE "HACKEAR" A POLÍTICA

Iniciativas de apoio a candidaturas

É interessante notar o uso da expressão "hackear a política" para indicar a intenção de ocupar os espaços institucionais democráticos com novos corpos e pautas. Um "hacker" é alguém que possui vasto conhecimento sobre o funcionamento de um sistema de modo a conseguir burlar as barreiras e acessá-lo,

inclusive com poderes de modificá-lo segundo seus interesses. A expressão é oriunda dos sistemas computacionais de internet, porém foi adotada como uma metáfora para se referir ao sistema eleitoral brasileiro, pois esse sistema opera com diversas barreiras objetivas, quase intransponíveis para os grupos marginalizados. "Hackear", portanto, tem um sentido de luta, de estudo e ocupação desses espaços, cujo funcionamento tende a repor as barreiras e a dificultar a ampliação do acesso.

Mas, quem são essas pessoas e grupos? Há uma literatura sobre essas diversas formas de "hackear" o sistema político-eleitoral que vai se formando em torno da pesquisa sobre "Movimentos de Renovação Política", "Inovações Democráticas", "Mandatos Coletivos e Compartilhados" entre outros (SECCHI *et al*., 2019; MOURA, 2019; SILVA *et al*., 2021; ROSSINI, 2021; SEPÚLVEDA, 2021; SILVA; AVELAR; PEREIRA, 2021; NASCIMENTO, 2021; CAMPOS, 2021; FARIA, 2021; MORAIS OLIVEIRA; GONDO MACEDO, 2022). Embora a discussão predominantemente orbite a literatura brasileira das Ciências Sociais, publicada em português, já existe uma tendência crescente da internacionalização do assunto por meio de publicações em periódicos estrangeiros, em língua inglesa (RONDEROS; CHICARINO; SEGURADO, 2022; SECCHI; CAVALHEIRO; BAUMGARTEN, 2023).

Essa agenda, ainda incipiente, revela um interesse pelo potencial democrático das iniciativas de ampliação da disputa político-eleitoral. No entanto, há muitas divergências internas: existem "organizações", "movimentos", "coletivos", entre outras variedades de formato e modos de funcionamento que tornam esse universo bastante complexo. Por isso, talvez seja melhor denominá-las apenas como "iniciativas de apoio a candidaturas" (GATTO *et al*., 2021).

De modo geral, segundo o estudo de Malu Gatto, Guilherme Russo e Débora Thomé (2021), as iniciativas de apoio a candidaturas possuem duas características: 1) seus esforços estão voltados para a renovação política no sentido de apoio a candidatos/as que, ou concorrem pela primeira vez, ou foram malsucedidos/as em tentativas anteriores; e 2) operam fora dos partidos políticos, dos quais mantêm distância. São organizações da sociedade civil, mais ou menos formalizadas, que assumem explicitamente a missão de interferir nas disputas políticas a partir do recrutamento e preparação de candidatos/as, além do apoio à campanha e mobilização política. Embora variem amplamente quanto ao público-alvo, cobertura territorial, nível de institucionalização, recursos, ideologia política e serviços oferecidos, essas iniciativas são um novo tipo de ator na política eleitoral brasileira – muitas vezes rivalizando com os partidos políticos tradicionais.

Não se trata, contudo, de uma novidade brasileira:

> a ideia de utilizar programas de treinamento e apoio a candidatos/as como forma de promover as candidaturas de estreantes na política e grupos sub-representados não é nova em termos

> internacionais; nos Estados Unidos, existem várias delas. Por exemplo, a Emily's List, uma organização criada para apoiar as candidaturas de mulheres dentro do Partido Democrata, foi fundada em 1985. A Ignite, uma organização não partidária para preparar meninas e mulheres em idade escolar e universitária para concorrer a cargos, e Maggie's List, que apoia as candidaturas de mulheres dentro do Partido Republicano, foram criadas em 2010. Atualmente, existem pelo menos 600 iniciativas desse tipo nos Estados Unidos para treinar, apoiar e promover as candidaturas de mulheres (Kreitzer e Osborn 2019) — além de muitas outras para promover a eleição de grupos raciais e étnicos marginalizados, jovens e pessoas LGBTQI+ (Gatto *et al*., 2021, p. 144).

As iniciativas de apoio a candidatos/as brasileiras desenvolvem diversas práticas, com destaque para os cursos de formação política e o apoio personalizado durante períodos pré e pós-campanha. Os cursos não são exatamente uma novidade, pois é muito comum encontrar formações pagas ou gratuitas oferecidas por organizações, partidos políticos e até pelo TSE. Esses cursos tradicionais, contudo, costumam se resumir a aspectos introdutórios ou gerais do processo político, como legislação, campanhas, estrutura institucional, processo legislativo e políticas públicas. Já no caso das iniciativas de apoio, os cursos tendem a ser mais aprofundados e atualizados, tematizando desafios concretos enfrentados no processo de competição eleitoral. Além disso, diversas iniciativas oferecem apoio personalizado para a construção da campanha eleitoral. Em alguns casos, como o RenovaBR, esse apoio é mais amplo e chega a um grande número de candidatos apoiados; em outros, o acompanhamento é mais focalizado e pode estar diretamente vinculado a uma pauta de luta específica.

Na pesquisa +*Representatividade*, de Gatto, Russo e Thomé (2021), em que estou me apoiando, foi realizado uma interessante análise sobre a efetividade das iniciativas de apoio à candidaturas em combater os obstáculos de acesso à política institucional por representantes de grupos historicamente marginalizados. No que se refere ao recrutamento, as autoras argumentam que as iniciativas de apoio a candidaturas representam uma possibilidade de problematizar a sub-representação de grupos oprimidos na política institucional formal, embora isso não signifique, necessariamente, que elas têm conseguido de fato ampliar o interesse e a representação desses grupos – sobretudo as mulheres – nas disputas políticas ou que têm levado a maior apoio do eleitorado a esses grupos. Isso ocorre porque o problema da sub-representação passa, principalmente, pelo funcionamento dos partidos políticos e, de modo geral, os partidos têm sido organizações pouco afeitas à mudança.

Já em relação à campanha eleitoral, as iniciativas não significam maior acesso a recursos financeiros, embora tenham contribuído com outras formas de apoio, como divulgação e outros serviços (GATTO *et al*., 2021). De acordo com as autoras, tais iniciativas possuem grande potencial de aumentar a viabilidade de candidatos/as, uma vez que o treinamento oferecido é uma importante fonte para obtenção de capital político. Há também um potencial crítico ao tematizar a sub-representação de grupos marginalizados e possibilitar o enfrentamento de injustiças históricas. O principal exemplo é a violência

política de gênero, pois as mulheres ainda são minoria em todos os espaços políticos formais. Dentre as 28 iniciativas de apoio a candidaturas encontradas por Costa (2022), 12 apresentam-se como feministas ou propõe-se prioritariamente a combater a desigualdade e violência política de gênero (Quadro 1).

Quadro 1 – Iniciativas de apoio a candidaturas feministas

Iniciativa	Como se apresenta
#MeRepresenta	O #MeRepresenta é uma ONG formada por entidades de mulheres, pessoas negras e LGBT+ que buscam promover igualdade de gênero, luta antirracista e respeito à diversidade sexual e à identidade de gênero na política.
(Re)Presente	Curso para candidatas promovido pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM-UFBA),
Agenda Marielle Franco	Do "Falar Marielle" ao "Fazer Marielle". Apoio de candidaturas inspiradas no legado de Marielle.
Elas no Poder	Temos como missão aumentar a participação das mulheres na política e fortalecer suas atuações nos espaços de poder político. Contribuímos com formação política e treinamento eleitoral, pois acreditamos que com candidatas e equipes bem preparadas, suas campanhas serão mais competitivas, ampliando as chances de vitória.
Escola de Candidatas	A Escola de Candidatas é o canal da plataforma de ensino à distância que oferece às mulheres candidatas, líderes, militantes e envolvidas no processo político cursos que permitam ampliar a performance de suas campanhas eleitorais.
Iniciativa Brasilianas	Objetivo é promover a igualdade de gênero na política transformando a realidade na qual as mulheres estão representadas, impulsionando candidatas que posteriormente devem ocupar cargos nos executivos e legislativos brasileiros.
Instituto Alziras	Somos uma organização sem fins lucrativos com a missão de ampliar e fortalecer a presença de mulheres, em toda sua diversidade, na política e na gestão pública.
Mapa das Mina	O #mapadasmina é um coletivo criado em agosto de 2017 com o objetivo promover, visibilizar e apoiar as candidaturas de mulheres nas eleições 2018, inicialmente no estado do Rio de Janeiro.
Meu Voto Será Feminista	#MeuVotoSeráFeminista é um projeto-ação com foco no impulsionamento de mulheres feministas na política institucional, dando visibilidade às candidatas, convocando aliadAs e investindo, de forma permanente, numa cultura para o voto feminista.
Mulheres na Política	Somos feministas anticapitalistas, antirracistas, anticorporativistas. Não se combate o sexismo, sem consciência de classe.
Vamos Juntas	O Vamos Juntas foi criado em 2019 para incentivar mulheres que já ocupam posições de lideranças em suas comunidades a se candidatarem a um cargo eletivo.
Vote Nelas	Trabalhamos para que todas as mulheres se reconheçam como uma força política.

Fonte: Elaboração própria.

Além das pautas feministas, destacam-se também as iniciativas que visam enfrentar, prioritariamente, o racismo institucional na política. Não se trata de pautas excludentes, pois a maioria das iniciativas destacam o enfrentamento interseccional das opressões. No entanto, em alguns casos o coletivo parte da luta organizada em torno de pautas específicas ou inspirado por movimentos sociais particulares.

Quadro 2 – Iniciativas de apoio a candidaturas prioritariamente antirracistas

Iniciativa	Como se apresenta
Bancada Preta	Somos um conjunto de organizações e ativistas sociais, de várias regiões e estados, que se uniram para criar uma tecnologia de comunicação que potencializa o protagonismo de pessoas pretas nas esferas sociais e políticas.
Frente Favela Brasil	O Partido Frente Favela Brasil surge inspirado na luta por reconhecimento da dignidade da pessoa negra e dos excluídos do Brasil.
IPAD	O Instituto Pensamentos e Ações para Defesa da Democracia é um centro plural de formação política, com prioridade para jovens negros que formam a periferia em todo Brasil.
Nova Frente Negra Brasileira	Coletivo de negros e negras para continuar constituindo, construindo e contando novas histórias, evidenciando o protagonismo de resistência do povo negro, para a construção de um projeto de país melhor para todas e todos.

Fonte: Elaboração própria.

No entanto, as iniciativas de apoio também podem ser regressivas, caso apenas reproduzam, com nova roupagem, as práticas tradicionalistas da política brasileira e acabem privilegiando a disputa política voltada para a obtenção do poder pelo poder. Por isso, é necessário acompanhar com atenção os efeitos da atuação de tais iniciativas – as já existentes e outras que venham a surgir – tendo como critério fundamental o enfrentamento de injustiças históricas a partir da luta pela ocupação da política institucional.

Quadro 3 – Outras iniciativas de apoio a candidaturas

Iniciativa	Como se apresenta
Acredito	O Acredito é um movimento de renovação política suprapartidário e progressista, comprometido com justiça social e responsabilidade fiscal.
Agora!	O Agora é uma plataforma de lideranças engajadas na discussão, formulação e implementação de políticas públicas no Brasil.
Bancada Ativista	Somos um movimento independente e pluripartidário dedicado a eleger ativistas em SP e apoiar a construção de seus mantados.
Brasil 21	Focado na inovação da democracia e na construção de políticas públicas progressivas. Estas são baseadas em evidência, calibradas para nossa cultura e contexto, e desenvolvidas com as comunidades locais e as melhores tecnologias.
Candidate-se	O Candidate-se é uma iniciativa suprapartidária que visa dar suporte para pré-candidaturas e pessoas interessadas em processos de participação e representação. .
Escola Casa Comum	Formação Política de Cristãos Humanistas. Núcleo de Estudos Sociopolíticos. (PUC-MG). A Escola Casa Comum promoverá cursos, oficinas, seminários, palestras e debates além de oferecer assessorias.
Escola de Ativismo	A Escola de Ativismo é um coletivo independente constituído em 2011 com a missão de fortalecer grupos ativistas por meio de processos de aprendizagem em estratégias e técnicas de ações não-violentas e criativas, campanhas, comunicação, mobilização, e segurança da informação, voltadas para a defesa da democracia, dos direitos humanos e da sustentabilidade.
Instituto Update!	O Instituto Update busca fortalecer a democracia na América Latina aproximando os cidadãos da política por meio do resgate da confiança, da atualização das práticas políticas e da busca por maior representatividade nos espaços de poder.
Livres	O Livres defende a liberdade por inteiro no Brasil. Para que as suas escolhas importem mais do que o lugar onde você nasceu.
Ocupa política	O Ocupa Política é uma confluência de organizações, coletivos da sociedade civil e Mandatos-Ativistas. Estamos juntas para ocupar a política institucional, potencializar candidaturas ativistas e articular uma política suprapartidária de renovação progressista nacional!
RAPS	A Rede de Ação Política pela Sustentabilidade – RAPS é uma organização apartidária criada em 2012 com a missão de contribuir para a melhoria da democracia e do processo político brasileiro e de disseminar o compromisso com a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável na política institucional.
RenovaBR	O RenovaBR é uma escola de educação política que prepara pessoas comuns de diferentes origens e ideologias para renovar a democracia brasileira.

Fonte: Elaboração própria.

Podemos, então, indagar a respeito da relação entre essas iniciativas e as formas de luta política: de que modo as iniciativas de reinvenção da participação política se articulam com as práticas de luta cotidiana dos grupos oprimidos? Para tentar responder e contribuir com essa agenda de estudos, é importante focalizar alguns casos específicos dentre essas tantas iniciativas e descrever as formas de organização e mobilização que desenvolvem (nas ruas e nas redes). Desde a perspectiva da pesquisa crítica, o pressuposto básico consiste em assumir que as lutas por emancipação e libertação, quando

travadas na esfera da política institucional, dizem respeito à necessidade de subverter a lógica da dominação e da opressão historicamente vigente. Transformar o *status quo* em direção a uma nova lógica da ocupação participativa dos espaços de poder pode significar um aspecto de fortalecimento de outras frentes de luta. O maior exemplo, neste sentido, talvez sejam as mandatas e mandatos coletivos. Vejamos, então, com se configuram essas recentes experimentações democráticas.

Mandatas/os Coletivas/os: novos corpos ocupando a política institucional

Afinal, o que são os mandatos coletivos? Claudia Visoni, Ex-Co-deputada da Mandata Ativista (2019-2023), disse uma vez que *todos* os mandatos são coletivos, pois, na prática, nenhuma liderança política pode exercer suas atividades parlamentares sem o apoio de suas equipes de gabinete – que ela denomina de "operários da política" – e sem se reportar a uma base eleitoral. No caso do mandato de Marielle Franco (2017-2018), a denominação "mandato coletivo" visava ressaltar esse modo de funcionamento articulado entre a parlamentar eleita e toda a estrutura que compunha o gabinete, no qual as relações se dão de forma horizontalizada, dialogada e democrática. No entanto, esses exemplos sobre o caráter coletivo intrínseco a um mandato não correspondem ao fenômeno recente dos mandatos coletivos e compartilhados que estamos interessados em abordar nesta pesquisa.

Mandatos coletivos ou compartilhados são iniciativas que partem da ideia de que uma candidatura individual já não é mais suficiente e, portanto, um grupo de pessoas se organiza para disputar conjuntamente uma única vaga legislativa e, uma vez eleitas, passam a dividir o poder entre si ou com um grupo de cidadãos/ãs mais amplo (SECCHI *et al*., 2019).

Existem muitas variações desses tipos de mandato, não sendo algo tão recente ou exclusividade brasileira. Por exemplo, em 2002, um grupo de estudantes e um professor de filosofia, em uma escola na Suécia, criaram um experimento local de participação direta a partir do uso de tecnologias de informação e foram eleitos para um cargo legislativo no município de Vallentuna:

> [O grupo, chamado Demoex/Direktdemokraterna, tinha] o propósito de compartilhar uma campanha e um mandato em que todos poderiam participar e em que todos os eleitores de Vallentuna teriam a mesma influência sobre o posicionamento parlamentar. Democraticamente, escolheram a ordem dos candidatos na lista fechada e a estudante Parisa Molagholi encabeçou a lista. Após obter sucesso eleitoral, o grupo criou um website com ajuda de especialistas para viabilizar a participação popular aberta a qualquer cidadão interessado. O compartilhamento do mandato ocorria da seguinte maneira: quando havia uma nova convocação de sessão legislativa na Câmara de Vereadores de Vallentuna, a vereadora Parisa apresenta os assuntos passíveis de votos para que fossem debatidos entre as pessoas que estavam compartilhando o mandato. O resultado da deliberação deveria ser auferido até o dia anterior da votação em plenário para que a vereadora pudesse verificar o posicionamento da maioria e, a partir disso, definir seu posicionamento na votação da Câmara de Vereadores. O Demoex/Direktdemokraterna chegou a ter 273 membros ativos e utilizou uma ferramenta de incentivo à participação, compartilhando

> parte do salário parlamentar com aqueles que fossem mais assíduos nos debates e nas votações on-line (SECCHI *et al*., 2019, p. 29-30).

Além dessa iniciativa pioneira, Leonardo Sechi e sua equipe mapearam sete outras iniciativas internacionais, de maior ou menor abrangência e duração, ou sucesso eleitoral. São elas: o Partido Pirata – presente em mais de 30 países –; o australiano ODD (*Online Direct Democracy*); o Movimento Cinco Estrelas, na Itália; a Assembleia Constituinte da Islândia; o *Partido de la Red*, na Argentina; o Podemos, na Espanha; e o Flux app, na Austrália. Todas essas iniciativas possuem em comum a utilização da tecnologia para conectar cidadãos/ãs aos espaços de decisão política.

No Brasil, as candidaturas coletivas e compartilhadas nesse formato de divisão institucional do poder, existem ao menos desde 1994, espalhadas por diversos municípios e partidos políticos. A primeira experiência é atribuída ao deputado estadual Durval Ângelo, do PT de Minas Gerais, durante seis mandatos consecutivos (1995-2018).

> O então deputado Durval Ângelo, hoje Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, foi o pioneiro no Brasil com a estratégia de mandato coletivo de forma institucionalizada. Foram seis mandatos consecutivos aplicando a deliberação coletiva desde 1994. Por meio de Conselhos Políticos que se reuniam semestralmente em várias regiões do estado de Minas Gerais, o deputado definia as ações de seu mandato. Os Conselhos Políticos eram formados por movimentos da sociedade civil, sindicatos e segmentos religiosos de forma regional. As reuniões tinham caráter deliberativo com o objetivo de planejar, avaliar e encaminhar propostas para o mandato do deputado, além de debater e deliberar sobre as principais propostas legislativas em andamento na Assembleia, excluindo-se do debate as propostas de menor relevância. O Conselho Político também tinha o poder de decidir os rumos políticos do deputado Durval Ângelo, inclusive em âmbito extralegislativo. Um número de 20 a 50 membros participavam do Conselho Político, variando conforme definição nos primeiros dias de mandato. Como foram seis mandatos consecutivos, o número de membros foi alterado em cada mandato, visando manter um equilíbrio entre representatividade e agilidade decisória. Os membros eram eleitos em assembleias regionais do Conselho Político, mantendo uma divisão regional do mandato coletivo (SECCHI *et al*., 2019, p. 55).

No entanto, até 2012, as experiências foram muito pontuais. A grande explosão de iniciativas de coletivização e compartilhamento vai ocorrer a partir das eleições de 2016 e 2018, quando a democracia brasileira enfrenta os piores índices de vitalidade segundo o Democracy Index, desde o início da contagem, em 2006 (SILVA; SECCHI; CAVALHEIRO, 2021). É, portanto, no cenário de uma profunda crise da democracia que emergem com mais força as iniciativas de inovação democrática.

Entre as diversas configurações disponíveis, Secchi e equipe (2019) propuseram a seguinte tipologia para os novos tipos de mandatos e candidaturas coletivas/compartilhadas existentes no Brasil entre 1994 e 2018: 1) Mandato compartilhado; 2) Mandato coletivo; 3) Mandato de conselho político; 4) Mandato de especialização temática; 5) Mandato participativo itinerante; 6) Partidos participacionistas plurais; 7) Partidos participacionistas ideológicos. Destes, o formato que mais se destacou em termos de

resultados eleitorais, a partir de 2018 e nas eleições de 2020, parece ter sido o mandato coletivo. Secchi e colaboradores definem mandato coletivo como:

> mandatos de tamanho reduzido de coparlamentares que em geral se conhecem por atuarem em causas sociais parecidas. O planejamento do tamanho e dos papéis é feito de maneira anterior às eleições, numa relação quase contratual e aproximada entre os participantes. Em geral, são campanhas e mandatos marcadamente ideológicos, sem possibilidade de participação de pessoas estranhas ou que não compartilhem a mesma visão de mundo. As decisões são tomadas para toda a gestão do gabinete e do mandato por meio de deliberação (SECCHI *et al*., 2019, p. 90).

O tamanho reduzido pode variar conforme a origem do grupo e o cargo disputado, sendo em média cinco integrantes. Há grupos formados por apenas três integrantes e outros com mais de dez. Quanto maior o número de integrantes, e mais diversas as ideologias e pautas, mais difícil tende a ser a operacionalização prática das atividades do mandato. Outro aspecto fundamental é a vinculação partidária. Na maioria das vezes, os mandatos coletivos são compostos por pessoas de um mesmo partido, mas pode haver casos de composição multipartidária. No caso da Mandata Ativista de São Paulo, o fato de haver integrantes de diversos partidos e com pautas e ideologias muito diferentes acabou levando a uma crise e ruptura no decorrer do mandato. Outros grupos também enfrentaram crises e rupturas, como o Coletivo Lélias, de Cataguases (MG), que após divergência, deixou de ser anunciado como um mandato coletivo; o mandato Sônia Lansky da Coletiva, em Belo Horizonte (MG), cuja renúncia da titular significou a imediata destituição do coletivo das funções legislativas, entre outros.

Não existe ainda uma legislação que regule o funcionamento de mandatos coletivos, sendo essas iniciativas dependentes de acordos mais ou menos formalizados. Para a Justiça Eleitoral, até o momento, apenas a pessoa representante do grupo eleito, que formalizou a candidatura, será reconhecida como a titular do mandato e, portanto, responsável legal. Também nas Casas Legislativas o formato coletivo é uma novidade, não havendo, em geral, previsão para co-parlamentares na Lei orgânica interna. Além disso, esses mandatos coletivos costumam ser alvo de preconceito e tentativas de deslegitimação por parlamentares de mandatos personalistas. Tudo isso gera dificuldades para o grupo e, muitas vezes, acaba por sobrecarregar a pessoa que atua como porta-voz e representante legal do mandato coletivo. Por outro lado, o fato de o grupo assumir uma postura de divisão do mandato entre diversos co-parlamentares facilita que sejam travadas batalhas por reconhecimento da legitimidade desse formato e surjam mudanças no modo de funcionamento tradicional. Afinal, as adaptações institucionais tendem a ocorrer após a inovação e ocupação dos espaços e não antes.

Há também uma relação controversa dos mandatos coletivos com os partidos políticos. Inicialmente, os partidos recusavam ou não pareciam dar muita atenção a esse modelo de candidatura. Após as eleições de 2018, com a expressiva vitória da Mandata Ativista, em São Paulo, e das Juntas, em

Pernambuco, para o Legislativo Estadual, houve um crescente interesse nesse formato, principalmente devido ao potencial eleitoral: ao invés de diferentes candidatos/as saírem com pautas semelhantes concorrendo entre si pelos votos do mesmo eleitorado, ao se unirem em uma candidatura única, aumentam suas chances de vitória. Assim, os partidos começaram a estabelecer em seus regimentos a previsão de candidaturas coletivas e a apoiar o modelo segundo seus valores e ideologia. Por exemplo, diversos partidos começaram a enfatizar a necessidade de um estatuto da candidatura coletiva, de conselhos político-sociais de acompanhamento e fiscalização, além de reforçarem a necessidade de o grupo ser um coletivo "de verdade", e não apenas um "ajuntamento" de pessoas. Ou seja, reconhece-se que a qualidade do vínculo e das relações entre os integrantes do grupo é fundamental para a sustentabilidade da candidatura coletiva.

Devido à informalidade e ao potencial intrínseco de instabilidade, mesmo com um estatuto para minimizar os riscos, a experiência dos mandatos coletivos tem mostrado que é fundamental haver uma regulação nacional do modelo. Para tanto, algumas Propostas de Emenda à Constituição tramitam no Congresso Nacional, como a PEC 379/2017, da Deputada Renata Abreu (Podemos), e a proposta de PEC elaborada pelo gabinete do Senador Randolfe Rodrigues (Rede) a partir da demanda da Frente Nacional de Mandatas e Mandatos Coletivos.

Em 2021, a "Frente Nacional de Mandatas e Mandatos Coletivos" surgiu da necessidade de organização dos mandatos coletivos. A "Frente Coletivas", como aparece nas redes sociais de internet, tem articulado reuniões periódicas entre os mandatos coletivos e promovido *lives* sobre os desafios enfrentados no cotidiano, visando fortalecer essas experiências como uma alternativa para ocupação da política institucional com novos corpos e lutas.

Em 2022 as candidaturas coletivas entraram ainda vez mais no radar da política institucional, embora apenas duas tenham sido eleitas para a Assembleia Legislativa de São Paulo. O Quadro 4 mostra a relação de mandatos/as eleitas entre 2016 e 2020, incluindo aquelas suplentes que foram tituladas no primeiro semestre de 2022.

Quadro 4 – Mandatos Coletivos eleitos (2016-2022)

Mandato Coletivo	Atuação	Sigla	Ano	Votos recebidos
Coletivo Lélias	Cataguases - MG	PT	2020	353
Mandato Coletivo Machados MG	Machados - MG	PSB	2020	394
Nossa Voz	Itajubá - MG	PT	2020	959
Sônia Lansky da Coletiva	Belo Horizonte - MG	PT	2020	4793
Bancada Mulheres Amazônidas	Belém - PA	PSOL	2020	3661
Fany das Manas	Garunhuns - PE	PT	2020	918
Juntas	Estado PE	PSOL	2018	39175
Mais Coletivo	Ponta Grossa - PR	PSOL	2020	1294
"É as gurias"	Ijuí - RS	PCdoB	2020	1022
Coletivo Teremos Vez	Viamão - RS	PT	2020	1045
Coletiva Bem Viver	Florianópolis - SC	PSOL	2020	1660
A Cidade é Sua!	Piracicaba - SP	PV	2020	941
Bancada Feminista	São Paulo - SP	PSOL	2020	46267
Coletiva de Mulheres	Ribeirão Pires - SP	PT	2020	675
Coletivas!	Rio Preto - SP	PSOL	2020	2697
Coletivo AtivOz	Osasco - SP	PSOL	2020	1837
Coletivo Enfrente!	Ourinhos - SP	PT	2020	1058
Coletivo Popular Judeti Zilli	Ribeirão Preto - SP	PT	2020	1614
Coletivo Representa Taubaté	Taubaté - SP	Cidadania	2020	837
Mandata Ativista	Estado SP	PSOL	2018	149844
Mandato Coletivo Jovem	Nova Aliança - SP	Avante	2020	194
Mandato Popular Coletivo	São Carlos - SP	PSOL	2020	3106
Mulheres Por + Direitos	São Caetano do Sul - SP	PSOL	2020	2101
Mutirão Santo Antônio do Pinhal	Santo Antônio do Pinhal - SP	PDT	2020	341
Quilombo Periférico	São Paulo - SP	PSOL	2020	22742
Todas as Vozes	Ribeirão Preto - SP	PSOL	2020	2744
Movimento Pretas	Estado SP	PSOL	2022	106781
Bancada Feminista	Estado SP	PSOL	2022	259771

Fonte: Elaboração própria.

Já é possível notar que elas possuem boa inserção entre movimentos de esquerda, sobretudo para a promoção da diversidade e facilitar a inclusão política de grupos sub-representados: por exemplo, enquanto o Congresso Nacional possui menos de 18% de mulheres eleitas, na composição dos mandatos coletivos elas representam quase 80% – incluindo trans, negras e indígenas.

Tabela 1 – Distribuição de co-parlamentares por identidade de gênero

	Co-parlamentares	Frequência
Mulheres	146	76%
Homens	47	24%
Total	**193**	**100%**

Fonte: Elaboração própria.

Contudo, trata-se de um instrumento de disputa política que também pode ser mais utilizado, no futuro, pelos setores hegemônicos, como a direita e extrema-direita. Não há nada que assegure que o formato, em si, seja inerentemente progressista, embora talvez seja possível comparar, a longo prazo, as vantagens e desvantagens do modelo em relação aos mandatos tradicionais.

Além da relativa neutralidade do formato, enquanto tal, as candidaturas e mandatos coletivos costumam ser acusados por alguns setores tradicionais da esquerda como se fossem formas de "pular etapas" e alçar nomes relativamente sem experiência para a política institucional, ao invés de "construir o partido" e fortalecer a "formação de lideranças". Ocorre que, na prática, um mandato coletivo acaba forçando a politização de todo o grupo, tanto do ponto de vista da necessidade de articulação política, quanto do aprofundamento das relações com as bases eleitorais. Neste sentido, talvez essas primeiras candidaturas e mandatos coletivos se mostrem, no futuro, não como um "modismo passageiro", mas como um efetivo espaço de formação de novas lideranças políticas. Um exemplo, neste sentido, é a Mandata Ativista, que inicialmente ocupou a ALESP com oito co-deputadas e, em 2020, três integrantes saíram candidatas, sendo uma eleita para a Câmara Municipal de São Paulo e as outras duas candidaturas terem permanecido como nomes fortes em seus partidos. Em 2022, Mônica Seixas, inicialmente eleita pela Mandata Ativista, reelegeu-se por um novo coletivo, o Movimento Pretas SP. Também a Bancada Feminista, eleita em 2020 para a Câmara Municipal de São Paulo teve sucesso em 2022 com uma candidatura do mesmo coletivo, para a ALESP.

Por fim, cabe ressaltar que, hoje, a relação com os partidos é uma característica fundamental para a saúde das candidaturas e mandatos coletivos. Se, por um lado, a experiência multipartidária da Mandata Ativista revelou limitações desse modelo, por outro, o fato de partidos como PSOL e PT estarem se abrindo a essas iniciativas mostra que elas têm ganhado força dentro das agremiações. Talvez a diversificação e coletivização dos mandatos obriguem os partidos a revisar, em alguma medida, o padrão de comportamento que tende a favorecer oligopólios e perpetuação de determinados nomes nas disputas políticas. Contudo, não é provável que os partidos modifiquem substancialmente sua estrutura de concentração do poder e perpetuação de privilégios, apesar da crescente demanda por mais candidaturas coletivas e compartilhadas. Para que isso ocorra, será necessário muita luta.

CONCLUSÃO

Neste artigo buscou-se resgatar algumas características da participação política institucional na democracia brasileira, considerando o sistema político-eleitoral e as formas contemporâneas de "hackear" esses espaços sub-representados em termos de participação popular.

Quando situamos essas iniciativas e experimentações democráticas no quadro mais amplo da crise da democracia brasileira, temos a oportunidade de analisar os potenciais da luta travada no cotidiano por indivíduos e grupos que, ao invés de abandonar a política, têm buscado formas criativas de ocupá-la para resgatar a vitalidade da democracia (COSTA, 2022). No registro de análise histórica da

política institucional brasileira apresentado por André Singer, podemos afirmar que a conformação dos primeiros mandatos coletivos no Brasil ocorre apenas em um dos "três partidos": o "partido dos pobres". Enquanto o "partido dos ricos" e o "partido do interior" se beneficiam do modelo tradicional de candidaturas e mandatos, as iniciativas inovadoras que partem das ruas estão buscando criar fissuras num sistema eleitoral ainda muito tradicionalista e restritivo.

O que podemos vislumbrar é uma crescente modificação das estratégias e modos de jogar um jogo cujas regras tendem a reproduzir a vitória sempre dos mesmos atores. Nesse sentido, tanto as iniciativas de apoio a candidaturas quanto os mandatos coletivos representam uma importante via de reinvenção da participação política institucional. Trata-se de uma reinvenção que parte "desde abaixo" das estruturas, e não como uma concessão dos donos do poder. Na prática, a coletivização para acessar a política institucional significa uma diversificação das frentes e arenas de luta, não mais pela via do apoio, mas da ocupação e disputa do poder por novos atores, com seus corpos, histórias e pautas.

A maior participação e protagonismo de mulheres e a prioridade das pautas feministas e antirracistas já são características distintivas dos primeiros coletivos eleitos. Por isso, inclusive, que muitas vezes utilizam a denominação "mandatas coletivas", ao invés de "mandatos". Como vimos, para ter melhores condições de disputar o poder e concorrer com chances a cargos eletivos, é necessário acessar esses espaços. É isso que os coletivos têm feito, independente do apoio dos partidos.

As iniciativas coletivistas ainda são muito tímidas para que possamos afirmar uma tendência de realinhamento eleitoral em curso. Trata-se, na verdade, de acompanhar como será a continuidade desse fenômeno que tem instigado pesquisadores(as) e militantes. Por isso, novos estudos sobre o tema poderão nos ajudar a compreender melhor os desafios concretos enfrentados pelos grupos políticos que se propõem a fazer uma efetiva "nova" política, contra os vícios que ainda fazem da "velha" política o modelo hegemônico no Brasil.

Nesse processo, a ocupação da política institucional com novos corpos e histórias, por meio das coletividades, representa uma forma criativa de tensionar a realidade de apropriação do espaço público institucional por grupos privilegiados e de criar formas inovadoras de reinvenção da participação política por meio das lutas que ocorrem dentro e fora dos gabinetes e plenários políticos.

REFERÊNCIAS

BORBA, J. "Participação política: uma revisão dos modelos de classificação". **Revista Sociedade e Estado**, vol. 27, n. 2, 2012.

CAMPOS, B. L. **Juntas em um único número na urna? Uma análise das experiências de mandatos coletivos no Brasil (2016-2020)** (Tese de Doutorado em Ciência Política). Belo Horizonte: UFMG, 2021.

COSTA, J. F. A. **Só a luta muda a vida**: um estudo sobre lutas sociais e mandatos coletivos na atual crise da democracia brasileira (Tese de doutorado em Psicologia Social). São Paulo: USP, 2022.

FARIA, F. **De l'activisme urbain à la politique institutionnelle**: acteurs et dynamiques de la démocratie de l'expérience à São Paulo et à Belo Horizonte (Thèse de Doctorat en Sociologie). Paris: EHESS, 2021.

FRANCO, M. "A emergência da vida para superar o anestesiamento social frente à retirada de direitos: o momento pós-golpe pelo olhar de uma feminista, negra e favelada". *In*: BUENO, W. *et al*. (orgs.). **Tem saída? Ensaios críticos sobre o Brasil**. São Paulo: Editora Zouk, 2017.

GATTO, M. A. C.; RUSSO, G. A.; THOMÉ, D. "+Representatividade: relatório". **Instituto Update!** [2021]. Disponível em: <www.institutoupdate.org.br>. Acesso em: 04/06/2022.

JANOTTI, M. L. M. **O coronelismo**: uma política de compromissos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2012.

LOURENÇO, A. C.; MARQUES, J. (coords.). **Mulheres negras decidem**: para onde vamos. Rio de Janeiro: Instituto Marielle Franco, 2020.

MORAIS OLIVEIRA, L.; GONDO MACEDO, R. "Movimentos de renovação política no Brasil: o engajamento da sociedade civil na era digital". **Agenda Política**, vol. 8, n. 2, 2022.

MOURA, G. V. **A interação entre os Movimentos de Renovação Política e os partidos na dinâmica eleitoral de 2018** (Dissertação de Mestrado em Ciência Política). Brasília: UnB, 2019.

NASCIMENTO, C. E. G. "Crise da representatividade e o mandato coletivo como uma afirmação da democracia participativa no Brasil". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 5, n. 13, 2021.

NICOLAU, J. **Representantes de quem?**: Os (des)caminhos do seu voto da urna à Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

NOBRE, M. **Imobilismo em movimento**: da abertura democrática ao governo Dilma. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2013.

RONDEROS, S.; CHICARINO, T.; SEGURADO, R. "Collectivizing political mandates: A discursive approach to the Brazilian Bancada Ativista's campaign in the 2018 elections". **Politics**, vol. 42, n. 3, 2022.

ROSSINI, A. M. "Mandatos coletivos e compartilhados no Poder Legislativo: potencialidades de inovação democrática e propostas de regulação". **Revista de Movimentos Sociais e Conflitos**, vol. 7, n. 2, 2021.

SECCHI, L. *et al*. **Mandatos coletivos e compartilhados**: Desafios e possibilidades para a representação legislativa no século XXI. Florianópolis: Editora da UDESC, 2019.

SECCHI, L.; CAVALHEIRO, R. A.; BAUMGARTEN, C. V. “Collective Mandates in Brazil: Democratic Innovations to Boost Participation in Legislature”. **Representation: Journal of Representative Democracy** [2023]. Disponível em: <www.tandfonline.com>. Acesso em: 23/05/2023.

SEPÚLVEDA, B. T. “Para se socializar a política: mulheres negras e mandatos coletivos no Brasil”. **Serviço Social em Perspectiva**, vol. 4, 2021.

SILVA, A. E. F. A.; AVELAR, S. A. R.; PEREIRA, J. R. “Cidadania deliberativa: um estudo de caso sobre o processo de discussão promovido pelo primeiro mandato coletivo do Brasil”. **Redes**, vol. 26, 2021.

SINGER, A. “Lula’s return”. **New Left Review**, vol. 139, 2023.

SINGER, A. **O lulismo em crise**: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2018.

SINGER, A. “The Failure of Dilma Rousseff’s Developmentalist Experiment: A Class Analysis”. **Latin American Perspectives**, vol. 47, n. 1, 2020.

SOUZA, J. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. São Paulo: Editora LeYa, 2017.

TELLES, P. “Democracia de quem? Um estudo sobre desigualdades e eleições no Brasil”. **Instituto Update!** [2019]. Disponível em: <www.institutoupdate.org.br>. Acesso em: 04/06/2023.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano V | Volume 14 | Nº 41| Boa Vista |2023

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima